

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 513.756 - BA (2019/0160681-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DIEGO RIBEIRO BATISTA**  
**ADVOGADO : DIEGO RIBEIRO BATISTA - BA028675**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PACIENTE : ANTONIO CARLOS TAVARES DE SOUZA**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIENTE ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDO NA ORIGEM. PERDA DO OBJETO.

*Writ* prejudicado.

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Antônio Carlos Tavares de Souza** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça da Bahia no HC n. 8006632-27.2019.8.05.000, que denegou a ordem, mantendo incólume o decreto de prisão preventiva, nos termos da seguinte ementa (fl. 26):

*HABEAS CORPUS*. CRIMES DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. TRÂMITE PROCESSUAL CONSIDERADO REGULAR À UNANIMIDADE NO BOJO DO *HABEAS CORPUS* N. 8006212-22.2019.8.05.0000, JULGADO RECENTEMENTE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE NÃO CONFIGURADA. CONHECIMENTO PARCIAL. ORDEM DENEGADA, NESTA EXTENSÃO.

Narram os autos que o paciente foi preso em flagrante por trazer consigo 101 gramas de *crack* e 288 gramas de maconha, o que configurou o crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Além disso, portava uma arma de fogo do tipo pistola e 20 munições aptas a efetuar disparos, caracterizando o crime do art. 14 da Lei n. 10.826/2003.

Diz a impetração que a segregação é ilegal pelo excesso de prazo decorrente do *deferimento do pedido de diligência deferido pela autoridade coatora que gerou inelutável morosidade na tramitação do feito, visto que se trata de acusado preso há mais de 8 meses sem a prolação da sentença* (fl. 3).

Argumenta que o paciente não colocará em risco a ordem pública, a instrução

# Superior Tribunal de Justiça

criminal ou a aplicação da lei penal, fazendo jus à concessão de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, como pedido liminar, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (fls. 82/84).

Solicitadas informações, foram devidamente prestadas (fls. 90 e 99/101).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou nos termos desta ementa (fl. 113):

*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELA CORTE A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.

Parecer pelo não conhecimento do *writ* ou, caso conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório.

O presente *mandamus* perdeu o objeto.

Isso porque, diante das informações colhidas no portal eletrônico do Tribunal local acerca do andamento da Ação Penal n. 0503171-94.2018.8.05.0022, nota-se que, em 10/7/2019, o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Barreiras/BA, revogou a prisão preventiva de **Antônio Carlos Tavares de Souza**, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Tal a circunstância, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus* (arts. 659 do CPP e 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

É o relatório.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator